



SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO
DIREÇÃO REGIONAL DA ADMINISTRAÇÃO EDUCATIVA
ESCOLA BÁSICA INTEGRADA DA VILA DO TOPO



RELATÓRIO DE GESTÃO

FUNDO ESCOLAR -2021

(A542)

20 de abril de 2022



ÍNDICE

Introdução	2
EBI da Vila do Topo	3
Demonstrações financeiras.....	8
Anexos às demonstrações financeiras	13
Demonstrações orçamentais.....	18
Princípios e dinâmicas internas	24
Conclusão	25



INTRODUÇÃO

A EBI da Vila do Topo é um estabelecimento de ensino, da ilha de São Jorge, integrado na rede das escolas públicas da Região Autónoma dos Açores.

A Escola Básica Integrada da Vila do Topo é uma pessoa coletiva de direito público que goza de autonomia administrativa, tendo um fundo escolar que goza de autonomia administrativa e financeira, nos termos do Decreto Legislativo Regional n.º 13/2013/A, de 30 de agosto, que altera o regime jurídico de criação, autonomia e gestão das unidades orgânicas do sistema educativo regional, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 12/2005/A, de 16 de junho, na redação que lhe foi dada pelos Decretos Legislativos Regionais n.ºs 35/2006/A, 17/2010/A e 13/2013/A respetivamente, de 6 de setembro, de 13 de abril e 30 de agosto.

A organização contabilística de 2021 desta unidade orgânica rege-se, pela primeira vez, pelo Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública (SNC-AP), conforme definido no Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e de acordo com a Instrução nº 1/2019 do Tribunal de Contas e utiliza como sistema de contabilidade a plataforma *Gerfip*.

Compete ao Conselho Administrativo tomar as decisões em matéria administrativa, patrimonial e financeira e, portanto, é da sua responsabilidade a elaboração do presente relatório de gestão que integra a análise às demonstrações financeiras e orçamentais referentes ao período entre 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2021.



ESCOLA BÁSICA INTEGRADA DA VILA DO TOPO

Breve resenha histórica e patrono da escola

Em 1997 e após o encerramento da “telescola” que funcionou durante alguns anos na zona do Topo, foi criado um polo da Escola Básica e Secundária da Calheta no Topo.

Em 1998-1999 começou a funcionar de forma autónoma a Escola Básica Integrada do Topo, sendo a comissão instaladora presidida pela docente Dionísia Lourenço, englobando as escolas primárias de Santo Antão, do Cruzal, de São Tomé, do Engenho e do Topo. A sede, frequentada por alunos dos 2º e 3º ciclos, foi instalada provisoriamente na então Casa do Povo e no Convento de São Francisco.

Em 1999-2000 entra em funções a primeira equipa do Conselho Executivo da EBI do Topo que exerceu funções até 2005.

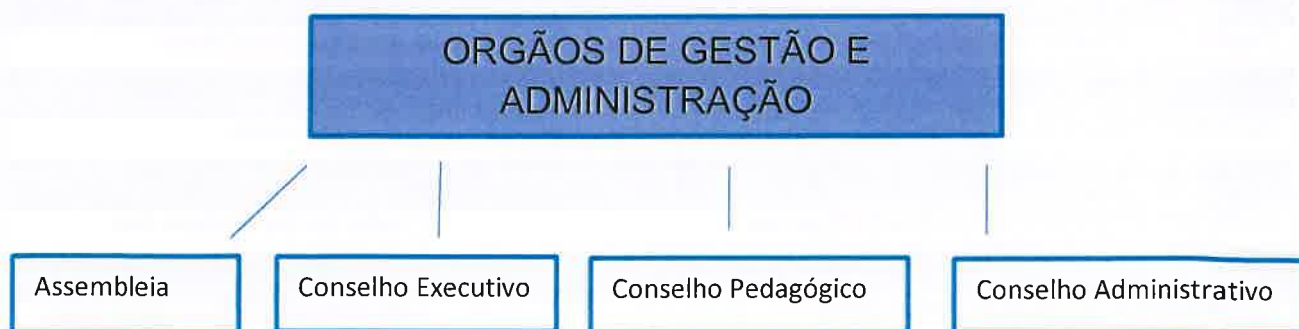
Em setembro de 2001, a escola iniciou o ano letivo já no novo edifício, construído junto do antigo convento, sendo inaugurado em 2003, pelo presidente do governo regional dos Açores, Carlos César. Nesta altura já funcionavam na escola sede os níveis de ensino desde o jardim de infância ao 3º ciclo do EB, sendo que passa a designar-se simultaneamente EB 1,2,3/JI do Topo, começando a integrar, numa fase inicial, os alunos do 4ºano. As escolas primárias das freguesias de Santo Antão e Vila do Topo foram encerradas de forma progressiva até 2005 e, mais tarde, a escola passou a designar-se Escola Básica Integrada da Vila do Topo, oferecendo, até à atualidade, os níveis de ensino básico (1º, 2º e 3º ciclos) e o ensino pré-escolar.

A EBI da Vila do Topo possui símbolo próprio que inclui o nome da escola, a sua localização (ilhéu e a zona da Ponta, que são o ex-libris da Vila do Topo) e o azul gradiente simbolizando o mar e o céu dos Açores. A educação e o conhecimento são representados pelo livro, pelo transferidor e pelo lápis.

A bandeira da escola contempla um fundo branco onde está estampado o símbolo da escola.

O patrono da EBI da Vila do Topo é Willem van der Hagen, povoador flamengo que se fixou no Topo e que adotou posteriormente o nome de Guilherme da Silveira.

Organização e funcionamento da unidade orgânica



O funcionamento de toda a unidade orgânica é assegurado por órgãos próprios que contam com as suas estruturas intermédias para a operacionalização e consecução dos projetos e objetivos traçados.

Ao Conselho Executivo, em funções desde 25 de junho de 2021, compete a administração e a gestão da escola nas várias áreas: pedagógica, cultural, administrativa, patrimonial e financeira.

▪ Assembleia de Escola

Presidente da Assembleia de Escola e professora representante do pessoal docente do segundo ciclo	Isabel dos Reis Henriques Dias
Presidente do Conselho Executivo	Ana Bela Teixeira Oliveira
Presidente do Conselho Pedagógico	Ana Rosa Braga Paiva
Professora representante do pessoal docente do primeiro ciclo	Cláudia Sofia Vilela Teixeira
Professora representante do pessoal docente do terceiro ciclo	Luís Silva Timóteo
Representante do Pessoal Não Docente	Irene Oliveira Leonardes
Representante da Associação de Pais e Encarregados de Educação	Elvina Rodrigues
Presidente da Associação de Pais e Encarregados de Educação	António Natalino Brasil
Representante da Autarquia Local	Décio Pereira

▪ Conselho Executivo

Presidente	Ana Bela Teixeira Oliveira
Vice-presidente	Alexandra de Fátima Lima Dias
Vice-presidente	Paula Cristina Silva

▪ Conselho Pedagógico

Presidente do Conselho Pedagógico	Ana Rosa Braga Paiva
Coordenadora dos Diretores de turma	Ana Rosa Braga Paiva
Presidente do Conselho Executivo	Ana Bela Teixeira Oliveira
Coordenadora Departamento Curricular de Matemática, Ciências e Tecnologias	Paula Cristina da Silva Pereira
Coordenador Departamento Curricular de Ciências Humanas e Sociais	Luís Silva Timóteo
Coordenadora Departamento Curricular de Línguas	Fernanda M. Soares Freitas Melo
Coordenadora Departamento Curricular de Expressões	Isabel dos Reis Henriques Dias
Coordenadora Departamento Curricular do 1º Ciclo/Pré	Teresa de Lurdes de Sousa Coelho
Coordenadora do Núcleo de Educação Especial	Paula Alexandra Silveiro Bettencourt
Representante dos Encarregados de Educação	António Natalino Brasil
Representante do Pessoal Não Docente:	Nivalda de Fátima L. Bettencourt Lemos

▪ Conselho Administrativo

Presidente	Ana Bela Teixeira Oliveira (Presidente do Conselho Executivo)
Vice-presidente	Paula Cristina Silva (Vice-Presidente do Conselho Executivo)
Secretária	Sandra Maria Reis Pereira (Coordenadora Técnica)



Pessoal Docente e constituição de estruturas de orientação educativa

A estrutura do pessoal docente desta unidade orgânica, num total de 30 professores, em exercício efetivo de funções na unidade orgânica, é constituída por 13 professores com Contrato de Trabalho por Tempo Indeterminado (CTTI), e por 17 professores com Contrato de Trabalho a Termo Resolutivo.

Docentes da educação pré-escolar: 2

Docentes do 1º ciclo do EB: 7

Docentes de Educação Especial: 1

Docentes do 2º e 3º ciclo do EB: 20

Cargos e sua distribuição:

- Coordenadora dos Diretores de Turma: Ana Rosa Braga Paiva
- Coordenadora do Núcleo de Educação Especial: Paula Alexandra Pires Silveiro Bettencourt
- Coordenador Saúde Escolar: Cátia Sofia da Silva Bettencourt
- Coordenadora da Estratégia Nacional da Educação para a Cidadania (ENEC) – Sílvia Maria Santos Ferreira
- Coordenadora da BE: Sofia Gabriela Pires Antunes
- Coordenador de Desporto Escolar: Rui Enes

Atividades de complemento curricular e clubes escolares	Coordenadores
Clube de Programação e Robótica	Ileana Souza
Clube de leitura	Jéssica Gomes
Tic	Ileana Souza

Diretores de turma / professores titulares de turma e respetivos secretários:

TURMA	PROFESSOR TITULAR/DIRETOR DE TURMA	SECRETÁRIO
Pré A	Alexandra Dias	-----
PEREE OC.	Paula Bettencourt	-----
1ºAno	Carolina Borges	Susana Cabral
2ºAno	Cláudia Teixeira	Paula Silva
3º Ano	Diogo Soares	Paula Silva
4ºAno	Teresa Coelho	Ludemira Silveira
5ºA	Diogo Lopes	Isabel Dias
6ºA	Lídia Melo	Ana Jorge
7ºA	Paula Pereira	Luís Timóteo
8ºA	Lurdes Gomes	Rui Enes
9ºA	Ana Rosa Paiva	Cátia Bettencourt
PEREE Prof.	Fernanda Melo	Sílvia Ferreira



Pessoal não docente

A estrutura de pessoal não docente é constituída por um total de 20 funcionários:

Assistentes Técnicos: 5

Encarregada de Pessoal de Apoio educativo (Assistente Operacional): 1

Assistente Operacionais: 11

Programas Ocupacionais – assistente operacional – 4

Alunos

A escola conta com um total de 110 alunos distribuídos da seguinte forma:

- Pré escolar – 8
- PEREE Ocupacional – 2
- 1.º ciclo – 42
- 2.º ciclo – 17
- 3.º ciclo – 35
- PEREE Formação Profissionalizante - 6

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com a estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras que estabeleceu a base para a apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consubstanciando-se em componentes principais do relato financeiro de uma entidade pública garantindo, assim, a sua comparabilidade, quer com as demonstrações financeiras de períodos anteriores, quer com as de outras entidades.

Os objetivos das demonstrações financeiras são o de proporcionar informação financeira, do desempenho financeiro e dos fluxos de caixa de uma entidade, permitindo assim que um conjunto vasto de utilizadores possa tomar decisões.

A moeda funcional da apresentação é o euro (€).

As demonstrações financeiras compreendem as componentes seguintes: Balanço, Demonstração dos resultados por natureza, Demonstração das alterações no património líquido e a Demonstração de fluxos de caixa.

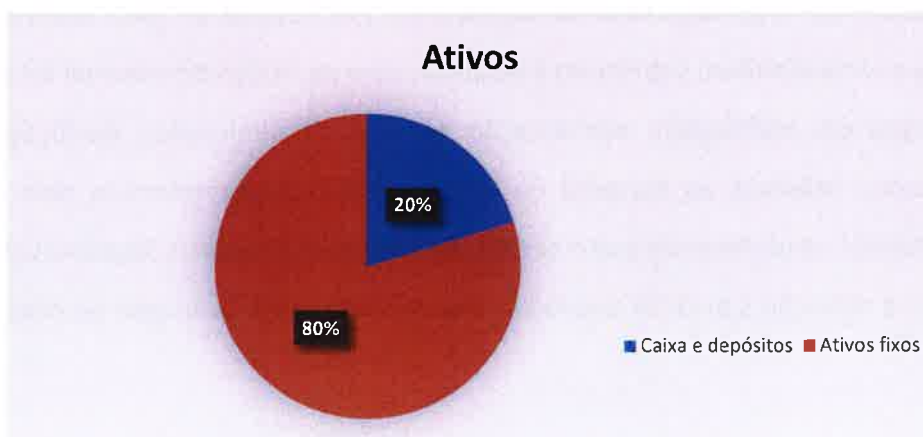
Os anexos às demonstrações financeiras englobam: Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico, as principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros e os Ativos Fixos Tangíveis.

Balanço

O Balanço demonstra que o ativo líquido da EBI da Vila do Topo (EBIVT), no valor de 138.006,17€ é constituído por caixa e depósitos no valor de 28.024,46€ e por ativos fixos tangíveis no valor de 109.981,71€ que representam cerca de 80% do total ativo.

O ativo é composto na sua maioria por ativos fixos tangíveis que, entre outros, compreendem na sua maioria equipamento básico e equipamento administrativo.

O passivo é composto por retenções a entregar ao estado e entidades públicas, por encargos com fornecedores e por outras contas a pagar em 2022 e apresenta um valor de 145.251,36€.



Demonstração dos resultados por natureza

Rendimentos e Gastos	Notas	2021	2020
Impostos, contribuições e taxas		266,40	235,36
Vendas		35.680,21	27.818,50
Prestações de serviços e concessões		0,00	0,00
Transferências e subsídios correntes obtidos		1.202.128,49	1.171.695,70
Rend/Gast. imput. ent. cont., assoc. e emp. conj.		0,00	0,00
Variações nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das merc. vend. e das matérias consum.		-23.612,47	-19.565,98
Fornecimentos e serviços externos		-140.711,53	-106.654,10
Gastos com pessoal		-1.182.538,85	-1.143.224,53
Transferências e subsídios concedidos		-12.271,03	-3.055,77
Prestações sociais		0,00	0,00
Imp. de invent. e ativos biol. (perdas/revers.)		0,00	0,00
Imparid. de dívidas a receber (perdas/revers.)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Imp. invest. não dep./amortiz (perdas/revers.)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		109.681,35	92.937,44
Outros gastos		-2.652,41	-25.284,20
Res. antes deprec. e gastos de financiamento		-14.029,84	-5.097,58
Gastos/reversões de depreciação e amortização		-4.633,27	-6.155,97
Imparid. invest. dep./amortiz (perdas/revers.)		0,00	0,00
Result. operac (antes de gastos financiamento)		-18.663,11	-11.253,55
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultado antes de impostos		-18.663,11	-11.253,55
Imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-18.663,11	-11.253,55

Os rendimentos do período corresponderam a 1.347.756,45€ e são constituídos na sua quase totalidade por transferências e subsídios correntes obtidos, no valor de 1 202 128,49€ (transferências do orçamento regional, por conta das dotações orçamentais atribuídas à EBVIT).

Os gastos do período ascenderam a 1 361 786,29€, com grande destaque para os gastos com pessoal, os quais representam cerca de 88% do total dos gastos correspondente sensivelmente ao mesmo valor do ano anterior. Os gastos com Fornecimentos e serviços externos representam cerca de 10% do seu total e em 2020 foram cerca de 8%.

Os Fornecimentos e serviços externos totalizaram 140 711,53€ de valor superior ao registado no período anterior e correspondem sobretudo a despesas com aquisição de material de escritório, limpeza e higiene, encargos das instalações, conservação de bens, comunicações, deslocações e estadas. O aumento dos gastos relativos ao material de limpeza e higiene prendem-se com o incremento de aquisição de materiais, considerando que o serviço de limpeza das instalações deixou de ser privatizado. Para além disso, a situação Covid-19 provocou um acréscimo na aquisição de material de proteção

individual e de limpeza e desinfeção, numa escola que se manteve sempre em ensino presencial, contrariamente ao que havia acontecido em 2020 em que todas as escolas do país estiveram encerradas durante um período considerável de tempo.

O valor inscrito em Outros gastos de 2 652,41€ corresponde a amortizações ocorridas em 2021.

Em 2021 em Outros rendimentos, o valor apresentado 109 681,35€, diz respeito a receitas de capital (pequenas obras, programas ocupacionais, etc), reposições não abatidas (Segurança Social) e Regularizações da Direção Regional do Desporto.

Receitas capital	96 045,60€
Reposições não abatidas	15 225,27€
Regularizações DRD	- 1 589,52€
Outros rendimentos	109 681,35€

Os gastos com mercadorias vendidas e das matérias para consumo, transferência e subsídios e outros não ultrapassaram os 4% do total dos gastos do período em análise.



As amortizações do período ascenderam a 4 633,27€. O resultado líquido do exercício de 2021, no valor de -18 663,11€ e que corresponde à diferença entre o total dos rendimentos e o total dos gastos, deduzido ainda das amortizações, será incorporado em resultados transitados no ano de 2022.



Rendimentos	1.347.756,45€
Gastos	1 361 786,29€
Amortizações	- 4 633,27€

Resultado Líquido do Período -18 663,11€

Demonstrações das alterações no património líquido

O Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade que controla apresentava, em 2021, um valor de -7.245,19€, composto por capital/património subscrito, resultados transitados, outras variações no património líquido e pelo resultado líquido do período apurado no valor de -18 633,11€.

Rubricas	Notas	2021	2020
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital		15.318,04	15.318,04
Ações (quotas) próprias		0,00	0,00
Outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Prémios de emissão		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados		-62.272,73	-51.019,18
Ajustamentos em ativos financeiros		0,00	0,00
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Outras variações no património líquido		58.372,81	31.512,60
Resultado líquido do período		-18.663,11	-11.253,55
		-7.245,19	-15.442,09

O Saldo da Conta de Resultados transitados de - 62 272,73€ provem dos resultados transitados em 2020 de -51 019,18€ com o resultado líquido negativo apurado no mesmo período anterior de -11 253,55€.

Demonstração de fluxos de caixa

Relativamente à Demonstração de fluxos de caixa, verifica-se que o Saldo de Gerência Seguinte (SGS) De Operações de tesouraria no valor de 20 513,13€ traduz-se na totalidade dos SGS de execução orçamental e das operações de tesouraria.

O mesmo SGS no valor de 20 513,13€ resulta das variações de caixa e seus equivalentes (fluxos de caixa das atividades operacionais e de investimento) que correspondem a 10 015,24€ e do Saldo de gerência anterior (SGA) no valor de 10.497,89 euros.

Demonstração de fluxos de caixa

Unidade Monetária: EUR			
Rubricas	Notas	Períodos	
		2021	2020
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais</u>			
Recebimentos de clientes		35.680,21	27.818,50
Recebimentos de contribuintes		0,00	0,00
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		1.202.128,49	1.171.695,70
Recebimentos de utentes		266,40	235,36
Pagamentos a fornecedores		-157.323,54	-153.946,12
Pagamentos ao pessoal		-1.174.649,25	-1.126.992,29
Pagamentos a contribuintes / utentes		0,00	0,00
Pagamentos de transferências e subsídios		-12.304,37	-2.422,36
Pagamentos de prestações sociais		0,00	0,00
Caixa gerada pelas Operações		-106.202,06	-83.611,21
Pagamento/ recebimento do imp. sobre rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		26.332,76	-11.033,43
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		-79.869,30	-94.644,64
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitante a:			
Ativos fixos tangíveis		-6.161,06	-7.558,98
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Propriedades de Investimento		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Recebimentos proveniente de:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Propriedades de Investimento		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		96.045,60	94.019,12
Transferências de capital		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		89.884,54	86.460,14



Anexos às demonstrações financeiras

- Identificação entidade

Designação entidade: Escola Básica Integrada da Vila do Topo

Sede: Rua de Santo António s/n

9875-168 Topo

Endereço de correio eletrónico: ebi.topo@edu.azores.gov.pt

Telefone: 295 415 282

Sítio da internet: <https://ebivt.edu.azores.gov.pt/>

Código Classificação/Designação Orgânica:

Departamento 04 – Secretaria Regional da Educação

Capítulo 02 – Direção Regional da Administração Educativa

Divisão 43 – Escola Básica Integrada da Vila do Topo

NIF: 672002302

Código de empresa: A542

Referencial contabilístico: SNC-AP

Plataforma de contabilidade: GeRFIP

Regime: Autonomia administrativa e financeira

Período de relato das demonstrações financeiras: 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2021

Legislação de suporte:

Decreto Regulamentar Regional n.º 10/98/A, de 02 de maio – Cria a Escola Básica Integrada do Topo;

Decreto Legislativo Regional n.º 12/2005/A, de 16 de junho – Aprova o Regime de Criação, Autonomia e Gestão das Unidades Orgânicas do Sistema Educativo Regional;

Decreto Legislativo Regional n.º 35/2006/A, de 6 de setembro – Altera o Decreto Legislativo Regional n.º 12/2005/A, de 16 de junho;

Decreto Legislativo Regional n.º 17/2010/A, de 13 de abril – Altera o Decreto Legislativo Regional n.º 35/2006/A, de 6 de setembro;

Decreto Legislativo Regional n.º 13/2013/A, de 30 de agosto – Altera o Decreto Legislativo Regional n.º 17/2010/A, de 13 de abril.

Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro- Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

**- Organização contabilística, procedimentos e preparação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, sendo o subsistema aplicável o SNC-AP Pequenas Entidades.

Não existiram, no decorrer do exercício, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-AP que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras. Os bens que não estão com localização (1000011354 e 1000011414) são referentes a bens com a ficha de inventário mal parametrizada.

Existe um manual de procedimentos contabilísticos organizado de acordo com o Gerfip, com um conjunto de regras e informações com vista a uniformizar procedimentos contabilísticos que garantem a execução da contabilidade de forma rigorosa, criteriosa e isenta de erros materiais.

Os documentos de suporte ao registo das operações contabilísticas estão arquivados da seguinte forma:

- Alterações Orçamentais – Encontram-se arquivadas em dossier próprio, de forma sequencial por datma de lançamento. Ao longo do exercício económico são efetuadas várias transferências, a fim de dotar as rubricas do orçamento com as verbas necessárias ao normal processamento das despesas.

- Despesas – por pedido de autorização de pagamento e por data de elaboração do mesmo. Na realização de qualquer despesa é gerado no sistema um documento associado a um número de processo de despesa, a um número de informação de cabimento, de autorização da despesa, de compromisso, de nota de encomenda (quando aplicável), de fatura e de pedido de autorização de pagamento. Todos estes documentos são confirmados e rubricados por quem de direito e posteriormente conservados num dossier próprio, obedecendo a uma ordem sequencial.

- Mapa de necessidades de transferências - o mapa é preenchido mensalmente (até ao dia 8 de mês seguinte) com as faturas registadas em GerFIP, até ao último dia do mês anterior, e que se encontram por pagar, por aguardarem transferência de verba por parte da DRAE. No mapa de transferências mensais não constam despesas da fonte de financiamento 500, mas constam as relativas à fonte 310 que são relativas a despesas a saldar com transferências da DRAE, não incluindo, contudo, valores de outras entidades como a DRD, Erasmus, DRJ. Neste mapa de necessidades de transferência não são incluídas as despesas com o pessoal e programas ocupacionais.

Assim, o preenchimento do mapa é preenchido por separadores devidamente assinalados conforme a despesa:



- Despesas de funcionamento;
- Pequenas obras;
- Aquisição de equipamentos;
- Ação social escolar;
- Formação;
- Reforços atribuídos pela DRAE.

• Pagamentos – Os documentos comprovativos dos pagamentos, pedidos de autorização de pagamentos autorizados, estão arquivados cronologicamente e anexados ao processo de despesa.

O sistema informático utilizado para a execução da contabilidade é suportado em GerFIP e assenta em mecanismos automáticos de geração de movimentos contabilísticos. Trata-se de um sistema de gestão financeira e contabilística em que os movimentos contabilísticos e patrimoniais são gerados à medida que as tarefas e as operações inerentes à execução orçamental são executadas. Este automatismo é conseguido graças a um sistema de equivalências e ligações entre a classificação económica das despesas e das receitas públicas e o código de contas previsto no SNC-AP.

Relativamente às demonstrações intercalares, a EBIVT efetua análises periódicas dos dados inseridos em sistema, sendo as mesmas utilizadas para efeitos de controlo e gestão interna. Não existe descentralização contabilística, uma vez que todos os processos de despesa se encontram nos serviços administrativos desta unidade orgânica.

As reconciliações bancárias são efetuadas mensalmente e, sempre que são detetadas algumas divergências, as mesmas são averiguadas e prontamente regularizadas.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com a NCP 1 – Estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras e são apresentadas em euros. Apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. A informação comparativa foi divulgada com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem. A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade.

A base de mensuração usada na preparação das demonstrações financeiras foi a do valor corrente de mercado. As bases de mensuração podem utilizar valores de entrada ou valores de saída. Para os ativos, os valores de entrada refletem essencialmente o custo de aquisição. Para os passivos, os

valores de entrada refletem geralmente o valor da transação pela qual a obrigação foi contraída, ou a quantia que a entidade pública está disposta a aceitar para assumir um passivo. Os valores de saída referem-se à quantia necessária para o cumprimento de uma obrigação, ou à quantia necessária para que a entidade pública se liberte da obrigação.

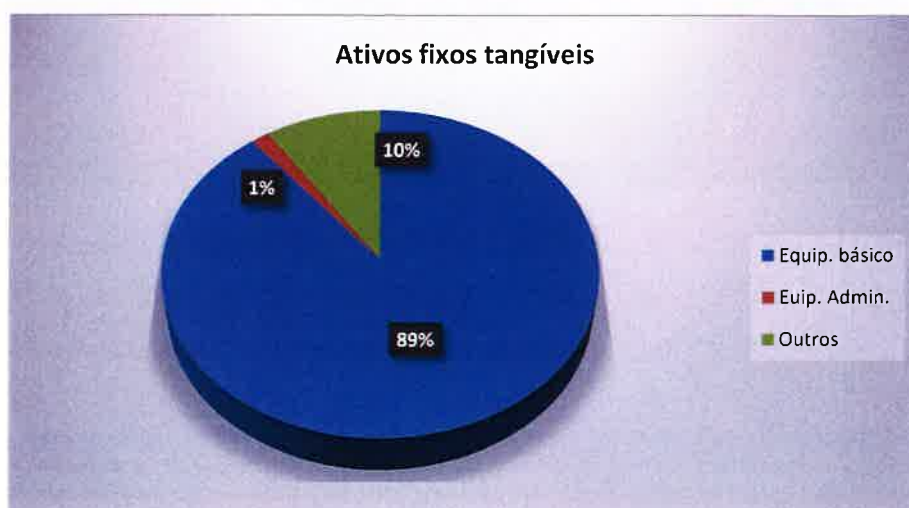
- Ativos Fixos Tangíveis

Pelas demonstrações financeiras dos ativos fixos tangíveis verifica-se que os ativos fixos tangíveis adquiridos após 1 de janeiro de 2021 são registados ao custo de aquisição líquido das respectivas depreciações. As depreciações dos ativos fixos tangíveis foram calculadas, após a data em que os bens se encontram disponíveis para utilização, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil máximo dado constantes no Classificador Complementar 2 do Plano de Contas Multidimensional – cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, publicado em anexo ao Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro.

Os ativos fixos tangíveis da Escola Básica Integrada da Vila do Topo são constituídos por equipamento básico, de transporte, administrativo e outros, onde o equipamento básico representa 89% do total dos ativos fixos tangíveis, conforme o quadro- síntese e o gráfico apresentados.

Rubrica	Quantia escriturada inicial	Adições	Transferências internas à entidade	Depreciações	Quantia Escriturada final
Equipamento básico	73 664,75	27 754,13	1 112,70	-4 554,75	97 976,83
Equipamento de transporte	0,00	1 112,70	-1 112,70	0,00	0,00
Equipamento administrativo	1 027,17	644,68	0,00	-78,52	1 593,33
Outros	2 566,78	7 844,77	0,00	0,00	10 411,55
TOTAL	77 258,70	37 356,28	0,00	-4 633,27	109 981,71

Nota: unidade monetária: euro (€)

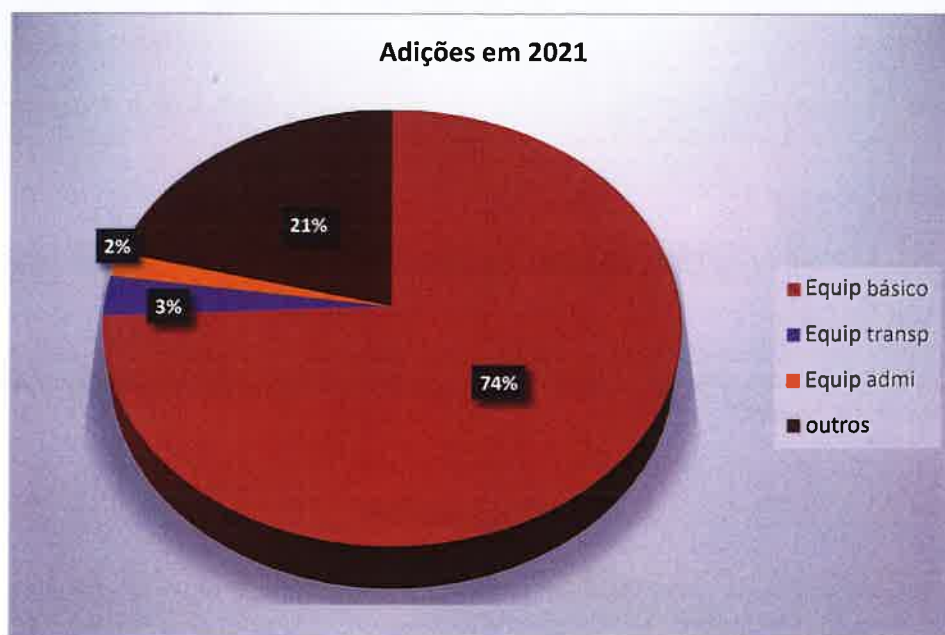


Ao longo do ano de 2021 os ativos fixos tangíveis (adições), atingiram o valor de 37.356,28€ tendo o maior peso recaído sobre o equipamento básico.

As aquisições efetuadas nesta rubrica prenderam-se com compra de equipamentos para a cozinha, nomeadamente um frigorífico industrial e um exaustor, devido às avarias e anomalias constantes verificadas nos últimos anos e considerando que são equipamentos com muitos anos de funcionamento. Foram, ainda, efetuados investimentos para equipar a oficina de manutenção uma vez que o material existente é muito limitado; o objetivo passa por evitar contratualizar pequenos serviços a empresas externas considerando que o funcionário de manutenção os pode realizar se conseguir ter equipamento disponível. A escola investiu, ainda, em equipamentos de apetrechamento de uma cozinha para os alunos, especificamente para alunos do PEREE- formação profissionalizante onde se pretende desenvolver competências de preparação para a vida ativa pós-escola.

Foram alocados ao Equipamento Básico computadores, *tablets*, vídeo projetores e quadros interativos cedidos como “doação” pela tutela governativa a esta unidade orgânica, bem como as bombas de calor que serviram para substituir as caldeiras antigas.

Ainda, nas adições aos ativos fixos tangíveis foi incluída aquisição de um triciclo adaptado para os alunos inseridos do Regime de Educação Especial, especificamente dirigido a um aluno com o objetivo de treinar o seu desenvolvimento muscular.



DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

As demonstrações orçamentais consistem numa representação estruturada da execução e desempenho orçamental da EBIVT. Consequentemente, os objetivos das demonstrações orçamentais de finalidades gerais são o de divulgar informação sobre o cumprimento de obrigações legais ou outras regras impostas externamente. Proporcionam informação relativa ao orçamento inicial, às dotações de despesa e previsões de receitas, às alterações orçamentais, cabimentos, compromissos, obrigações e receitas liquidadas, despesas pagas e receitas cobradas, graus de execução orçamental e desempenho orçamental.

As demonstrações orçamentais foram elaboradas de acordo com a NCP 26 – Contabilidade e relato orçamental do SNC-AP.

As demonstrações orçamentais são compostas na sua estrutura pelos seguintes elementos: Demonstração de desempenho orçamental, Demonstração da execução orçamental da receita, Demonstração da execução orçamental da despesa.

Os anexos às demonstrações orçamentais compreendem: Alterações orçamentais da receita, Alterações orçamentais da despesa, Operações de tesouraria, Contratação Administrativa, Situação de contratos, Adjudicações por tipo de procedimento, Transferência e subsídios - despesa e receita e outras divulgações.

Demonstração de Desempenho Orçamental

A Demonstração de Desempenho Orçamental apresenta as importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos que ocorreram no período contabilístico, quer se reportem à execução orçamental, quer a operações de tesouraria.

Nesta demonstração também se evidenciam os correspondentes saldos (da gerência anterior e para a gerência seguinte, o saldo global, saldo corrente, saldo de capital e saldo primário). Apresenta, ainda, informação organizada pelas fontes de financiamento e por classificação económica de execução orçamental.

Os pagamentos, recebimentos, assim como os saldos são discriminados de acordo com as diferentes formas de financiamento.

Ao nível dos recebimentos verifica-se que a execução foi de 1 352 790,98€ que resultam das operações orçamentais do saldo de gerência anterior e da receita efetiva. Aqui 1 316 844,37€ provêm de transferências do Governo Regional dos Açores (RG), o que corresponde a 97,3% do total de receitas



e 35 946,61€ correspondem a receitas próprias (RP). As operações de tesouraria do SGA foram de 7 052,88€.

Ao nível dos pagamentos, a execução da despesa situou-se em 1 351 257,79€ que resulta da despesa efetiva com receitas próprias no valor de 35 552,21€ (cerca de 2,6% da despesa total) e com transferências da região, que representam 97,4% do total de pagamentos equivalendo a 1 315 705,58€. Do total da despesa executada 6 161,06€ corresponde a despesa de capital, enquanto que 1 345 096,73€ corresponde a despesa corrente, em que 99,6% é relativa a despesas com pessoal.

As operações de tesouraria resultam no valor de 1 533,19€ em 2021 tendo resultado em 2020 no valor de 3 445,01€.

Demonstrações - pagamentos e recebimentos:

A) Total de recebimentos - fundos alheios de 2020 = receita executada

1.359.843,86€ - 7 052,88€ = 1 352 790,98€

B) Receita executada – saldo na posse do serviço 2021 = despesa executada/total de pagamentos

1 352 790,98€ - 1.533,19€ = 1.351.257,79€

O saldo para a conta de gerência seguinte (2022) é de 20.513,13€ e que corresponde ao resultado líquido do período, sendo 1.533,19€ correspondente a operações orçamentais e 18.979,94€ a operações de tesouraria.

O saldo a transitar, na posse do serviço, compreende 84,0€ que correspondem à reposição de IRS descontado indevidamente a 2 funcionárias, pago pelas Finanças por transferência bancária; da DRD 1 052,00€, diz respeito a valor remanescente do protocolo de cedência das instalações. O saldo inclui 394,40€ de verba afeta ao refeitório para pagamento de despesas de novembro e dezembro. O saldo a transitar engloba, ainda, 2,72€ para despesas de formação e que resultou de verba remanescente de 2019 e 0,07€ relativos a valor processado a mais por Portaria da DRAE.

Demonstração da execução orçamental da receita

A Demonstração de execução orçamental da receita explicita as fases e eventos dessa execução, em coluna, organizada pelas diversas classificações económicas detalhadas.

Em 2021, a previsão inicial do orçamento aprovado para a EBIVT ascendeu a 1.257.603,00€, dos quais 1.161.698,00€ eram referentes a transferências correntes e de capital. Inscritas nas receitas

próprias a previsão era de 95.905,00€, dos quais 83.705,00€ eram referentes a taxas, multas, penalidades, publicações, refeitório, bufetes e papelarias escolares entre outros e cerca de 12.200,00€ diziam respeito a transferência de outras direções regionais, IFAP e outras.

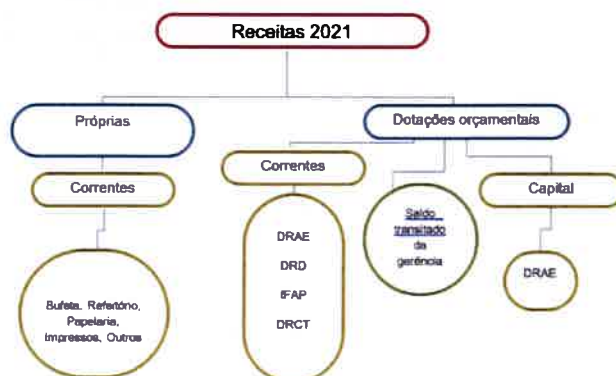
O orçamento do fundo escolar, nos moldes atuais, é suportado por duas fontes de financiamento: as receitas próprias (FF-500) e as transferências do Governo Regional dos Açores (FF-310).

A receita orçamentada corrigida para o ano 2021, emanada da DRAE, para o orçamento ordinário foi de 1.433.159,00€ enquanto que a executada foi de 1 352 790,98€, o que se traduz num grau de execução orçamental de 94,4%.

A distribuição das transferências correntes e de capital fica assim demonstrada:

Receita	Rubrica	Previsão corrigida	Receita executada	Grau execução da receita
Corrente	04 00 00	565€	266,4€	53,28%
	06 00 00	1 205 241,0€	1 202 128,49€	97,7%
	07 00 00	82 043,3€	35 680,21€	43,5%
	08 0000	500€	-----	-----
De capital	10 00 00	126 141,0€	96 045,6	76,14€
	15 00 00	15 226,0€	15 225,27	100%
	16 00 00	3 446,0€	3 445,01	99,97%

As receitas obtidas de dotações orçamentais totalizaram 1 316 844,37 € (97,34% da receita executada), enquanto que as receitas próprias (provenientes do bufete, refeitório, papelaria, impressos e outros) foram de 35 946,61€ (2,7% da receita executada).



Demonstração da execução orçamental da despesa

Em 31 de dezembro de 2021, a despesa orçamentada corrigida era de 1.433.159,00€ enquanto que a executada foi de 1.351.257,79€, o que se traduz num grau de execução orçamental de 94,3%. A diferença torna-se mais perceptível através da distribuição por rubricas orçamentais:

Despesa	Rubrica	Previsão corrigida	despesa executada	Grau execução da despesa
Corrente	01 00 00	1.176.435,0€	1.174.649,25€	99,8%
	02 00 00	228.569,0€	157.323,54€	68,8%
	04 00 00	13.683,0€	12.304,37€	89,9%
	06 0000	820,0€	819,57€	99,95%
De capital	07 00 00	13.652,0€	6.161,06€	45,1%€

Na análise por subagrupamento verificou-se que a maior concentração da despesa orçamentada executada, cerca de 86,93% foi destinada a despesas com pessoal e seguida de Aquisição de bens e serviços com 11,6 % da despesa aplicada.



O grau de execução orçamental em 2021 aumentou ligeiramente comparativamente com os dois períodos anteriores.

	2019	2020	2021
TAXA EXECUÇÃO - RECEITA	93,93%	93,12%	94,4%
TAXA EXECUÇÃO - DESPESA	93,83%	92,87%	94,3%

Com a aprovação do Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2021, ficou determinado o cativo de 6% do valor de dotação corrigida das rubricas do agrupamento 02, referente a Aquisição de Bens e Serviços, de todas as fontes de financiamento, mas com prioridade para a 500.



Alterações orçamentais da receita

No que respeita às alterações orçamentais da receita, no final do ano de 2021 o valor das inscrições/reforço foi de 190.183,0€ com ênfase na rubrica R5 – Transferências e subsídios correntes.

Alterações orçamentais da despesa

Ao longo do ano de 2021 e de acordo com a Demonstração das alterações orçamentais da despesa, foram efetuadas várias transferências de verbas entre as rubricas de despesa, modificando a dotação inicial de algumas delas, conforme documentos anexos a este relatório.

As inscrições/ reforços de verbas atingiram o montante de 382.541,00€ e as diminuições/anulações o montante de 206.985,00€, ambas com maior incidência na rubrica D1 – Despesas com pessoal.

Alterações ao plano plurianual

Suspensa a sua aplicação de acordo com o Artigo 5º da Lei n.º 41/2020, de 18 de agosto.

Operações de tesouraria

Este anexo permite explicitar todas as operações que geram influxos ou efluxos de caixa mas não representam operações de execução orçamental, correspondendo às operações que não são consideradas receita ou despesa orçamental mas que têm expressão na tesouraria e na contabilidade da escola.

No período de 2021, os recebimentos totalizaram 251.054,03€ na rubrica 07 1 9 – Outras receitas de operações de tesouraria e os pagamentos no valor de 239.126,97€ na rubrica 07 2 9 – Outras despesas de operações de tesouraria, o que correspondeu a um saldo final de 18.979,94€.

Contratação Administrativa - Situação dos contratos

Relativamente aos contratos celebrados no exercício ou em exercícios anteriores e que foram objeto de execução financeira no período, há a observar os abaixo descritos, onde se verifica que o valor contratual foi igual ao preço contratual.

Rumo à Natureza, Unipessoal, Lda	Transporte de alunos em regime de carreira pública 2020/2021
Gertal - Companhia Geral de Restaurantes e Alimentação, S.A	Fornecimento de refeições ligeiras e completas 2020/2021 (novembro 2020 a junho 2021)
TopoNova- Soc. Comercial do Topo, Lda	Transporte Escolar - Circuito de aluguer Lote 1
Nelson Armando Brasil	Transporte escolar C2 2020/2021
Auto-Topo Unipessoal, Lda	Transporte escolar C3 2020/2021
Nelson Armando Brasil	Lote 4 Transp alunos Pré-Profissionalizante - estágio em empresas
Gertal - Companhia Geral de Restaurantes e Alimentação, S.A	Fornecimento de refeições ligeiras e completas 2021/2022
Rumo à Natureza, Unipessoal, Lda	Carreira Pública 2021/2022
TopoNova- Soc. Comercial do Topo, Lda	Circuito de Aluguer - Lote 1 (C1) 2021/2022
Nelson Armando Brasil	Circuito de Aluguer - Lote 2 (C2) 2021/2022
Auto-Topo Unipessoal, Lda	Circuito de Aluguer - Lote 3 (C3) 2021/2022
Rumo à Natureza, Unipessoal, Lda	Circuito de Aluguer - Lote 4 (C4) 2021/2022



Contratação Administrativa - Adjudicações por tipo de procedimento

Para os contratos referidos e tendo em conta os valores envolvidos, os procedimentos levados a cabo foram os de ajuste direto para todos, de acordo com as regras do Código dos Contratos Públicos, totalizando 7 contratos em 2021.

Transferências e subsídios - despesa

As transferências e subsídios concedidos no período de 2021, no valor de 12.304,37€ correspondem aos encargos com os Seguradora Social dos Açores (IPRA), vencimentos e fornecedores esporádicos.

Transferências e subsídios - receita

Todas as verbas transferidas e subsídios obtidos no ano de 2021 corresponderam à totalidade da verba efetivamente suportada no respetivo ano, tendo atingido um valor de 1.298.174,09€.

Encargos Contratuais

Relativamente aos contratos mencionados em “ Contratação Administrativa - Situação dos contratos”, referentes à aquisição de serviços e de locação, e tendo por princípio que os contratos celebrados englobam dois anos letivos (2020-2021 e 2021-2022) constata-se que os pagamentos no período (ano 2021) totalizaram 32 905,71€, prevendo-se o pagamento de 76 209,11€ no ano de 2022.

Em anexo ao presente relatório segue um mapa em Excel que servirá para demonstrar a divergência entre o valor apresentado e o valor real, uma vez que, por razões de funcionamento interno, não foram efetuadas deduções aos contratos lançados e também foi necessário recorrer a receita própria para satisfazer encargos.

Dívidas por antiguidade de saldos

No final de 2021 verifica-se que o total da dívida por natureza da despesa é de 12.681,68€ relativa a despesas correntes em “Aquisição de Bens e Serviços” a curto prazo, que entretanto foram regularizadas no início do período seguinte (2022).

PRINCÍPIOS E DINÂMICAS INTERNAS

O Conselho Administrativo que tomou posse em junho de 2021 realizou atividades de planeamento financeiro e de exequibilidade do Plano Anual de Atividades da Escola, assim como atividades para dar cumprimento ao Projeto Educativo da EBI da Vila do Topo, pautado pelos princípios subjacentes ao trabalho anteriormente desenvolvido pelo Conselho Administrativo que cessou funções.

Nesta perspetiva, o Conselho Administrativo deu continuidade à contratação de uma empresa para fornecimento do serviço de refeições, devido à inexistência de pessoal interno para assegurar essa função. No entanto, optou por não privatizar o serviço de limpeza da escola uma vez que a contratação de pessoal através de programas ocupacionais e a gestão dos recursos humanos internos permitiram garantir esse serviço.

Foram adquiridos alguns equipamentos e materiais para suprir as necessidades imediatas como o caso de equipamento informático, equipamento básico e material de apoio pedagógico a serem utilizados pelos alunos e professores, recorrendo, também, e como tem sido prática ao longo dos últimos anos, ao levantamento de necessidades por Departamento Curricular e Pessoal não docente.

O Conselho Administrativo realizou atividades de reflexão, análise e planeamento de investimentos necessários, quer no âmbito pedagógico, quer no âmbito de recursos humanos e materiais. Consequentemente, realizou projetos de orçamento e de alterações orçamentais necessárias para fazer face às necessidades da Escola.

Importa salientar que toda a gestão desta instituição ao longo do ano 2021 ficou condicionada pelos constrangimentos advindos da situação pandémica associada à Covid-19 nos resultados financeiros demonstrados no presente relatório, embora com menos impacto do que em 2020.

Ao nível de atividades extracurriculares e de animação comunitária, inseridas no Plano Anual de Atividades (PAA), é sempre solicitado aos proponentes e dinamizadores que as propostas não envolvam a previsão de custos financeiros elevados, uma vez que o orçamento da escola é reduzido. As atividades previstas no PAA foram maioritariamente concretizadas, embora tenha havido a necessidade de alterar ou até cancelar atividades devido a pequenos surtos de *Covid*. Importa salientar que a EBI da Vila do Topo manteve-se em ensino presencial durante o último trimestre de 2021.

CONCLUSÃO

O presente relatório e prestação de contas referente ao intervalo de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2021 foi elaborado tendo por base os princípios contabilísticos definidos no Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas e de forma a transmitir a atividade levada a cabo pela Escola Básica Integrada da Vila do Topo, na ilha de São Jorge, traduzindo de uma forma sucinta a execução do orçamento referente ao ano de 2021, através da análise à execução orçamental e às demonstrações financeiras previstas no SNC-AP.

O endereço eletrónico do sítio na Internet onde serão disponibilizados os documentos relativos à conta de gerência 2021 é: <https://ebivt.edu.azores.gov.pt/>

Vila do Topo, 20 de abril de 2022

O Conselho Administrativo da EBI da Vila do Topo

